

DINHEIRO E INVERSÃO UNIVERSAL:

SOCIEDADE MODERNA, CONTRADIÇÃO E AMBIGUIDADE NA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

ÁLVARO LINS MONTEIRO MAIA - Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual
do Ceará (UECE).
alvarolinsmm@gmail.com

Resumo: Pretende-se expor, com base na crítica social de Marx, certa leitura das relações que se estabelecem na sociedade moderna, no âmbito da circulação de mercadorias. O dinheiro, onde se incorpora do modo mais luminoso a natureza reificada das relações sociais, é uma forma que ofusca o caráter coletivo dos trabalhos privados e, com isso, as relações sociais entre os trabalhadores. A contradição presente na mercadoria entre valor de uso e valor (que adquire independência como valor de troca no dinheiro) desdobra-se na forma ambígua dos produtos da atividade social, como processo social que aparece como natural. Na apresentação das relações fetichistas que se mostram na aparência social desse sistema econômico, intenta-se expor como, nas próprias formas alienadas, desenvolvem-se as condições sociais de emancipação dos indivíduos modernos sob o aspecto de uma inversão universal das individualidades, operada pela forma dinheiro da produção social, nas relações cotidianas da circulação de mercadorias.

Palavras-chave: dinheiro, inversão universal, contradição, ambiguidade

Introdução

Com base na crítica da experiência social em Marx, a análise e apresentação da gênese, essência e desenvolvimento das formas do dinheiro é o *topos* de onde se pode acompanhar de maneira mais clara o desenrolar lógico que busca traduzir o processo histórico da formação social atual, não obstante aí a crítica teórica ter de lidar justamente com as figuras da aparência e do falso (nas suas relações com a verdadeira essência do sistema).

Isso porque o processo desencadeado pela relação capital, no desenvolvimento pleno das formas mercadoria e dinheiro, opera um avanço contraditório das forças produtivas sociais, na medida em que esse avanço processa-se de modo alienado em relação aos indivíduos membros dessa sociedade, pois que o impulso da relação capital é o de apropriar-se da atividade social fazendo-a aparecer como seu desenvolvimento próprio, como um desenvolvimento que se processa alheio aos indivíduos, submetendo-os como meros brinquedos e espectadores. Nesse avançar alienado das forças produtivas sociais, contudo, o capital põe em ação também as condições sociais que permitem a superação da forma de sua própria potência alienada.

A contradição imanente à relação capital banha com sua luz dúbia os produtos e relações sociais dessa sociedade; sendo a ambiguidade a forma aparente na qual se desdobra a contradição originária e fundamental da ordem social vigente. Isso na medida em que essa relação fundante – de submissão da atividade social viva – desenvolve-se na base da relação monetária (para a qual ela cria ao mesmo tempo as condições de possibilidade de desenvolvimento); relação essa que é ilusória e ofuscante “por natureza”.

Capital e aparência social: a vida cotidiana como inversão universal das *individualidades*¹ nas relações sociais mediadas pelo dinheiro

A redução do trabalho humano concreto a trabalho abstrato sob a forma do valor, decorrente do assalariamento – processo que se imbrica com a determinação do valor dos produtos como preço por meio dos custos de produção –, foi o processo através do qual a relação monetária se generalizou como a relação universal entre os indivíduos dessa sociedade.

O pressuposto elementar da sociedade burguesa é que o trabalho produz imediatamente valor de troca, por conseguinte, dinheiro; e então, igualmente, que o dinheiro compra imediatamente o trabalho e, por isso, o trabalhador tão somente na medida em que ele próprio aliena sua atividade na troca. Portanto, trabalho assalariado, por um lado, e capital, por outro, são apenas outras formas do valor de troca desenvolvido e do dinheiro enquanto sua encarnação².

Assalariar significa tornar um indivíduo livre de toda e qualquer propriedade – em sentido capitalista, portanto, propriedade dos meios de produção da vida – exceto a posse da sua força de trabalho pessoal, para que assim ele seja livre para escolher a quem vender essa força de trabalho a fim de garantir sua sobrevivência. Vender a força de trabalho significa que em troca do salário alguém cede toda a sua produção ao comprador desse único produto que aquele indivíduo dispunha para pôr à venda. Com isso garante-se que a grande massa da população de assalariados não tenha outra forma de reproduzir a própria existência a não ser por meio da compra das mercadorias (produzidas pelos próprios assalariados) com o dinheiro que obteve da venda da única mercadoria que possuía.

¹ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*, p. 160.

² MARX, Karl. *Grundrisse [149-150]*, p. 169.

Pela mediação do dinheiro – que se generaliza por força do próprio assalariamento –, a situação de exploração é constantemente ofuscada. O dinheiro como capital é a forma universal mais determinada do tempo de trabalho, cujo valor constitui a forma abstrata. O tempo de trabalho se torna valor na medida em que os trabalhos concretos se relacionam uns com os outros como equivalentes, quer dizer, na medida em que cada qual vale tanto quanto qualquer outro, aceitando diferenças apenas quantitativas: mais ou menos tempo de trabalho. Essa atividade abstraída das suas qualidades cria um produto abstrato, o valor, que na sua existência abstrata habita os corpos particulares das mercadorias. Quando, pelo hábito das trocas – que aparece como pressuposto de todo o processo –, uma mercadoria se sobressai como encarnação do valor (união das duas naturezas: a universal e a particular, a infinita e a finita), essa mercadoria se torna dinheiro³.

Pela sua única determinação qualitativa de só aceitar variações quantitativas, o dinheiro emerge de toda metamorfose das trocas com o mesmo semblante com o qual imergiu⁴. Mesmo que entre ou saia do mercado mais ou menos dinheiro, ou que ele se troque uma, duas ou 666 vezes, todavia, o dinheiro não carrega nenhum termo circunstancial de ocorrência. Ele circula livre, e o modo como se apresenta agora é o mesmo de como foi e de como será, sem medo e sem mácula.

O assalariado, devido à capacidade do dinheiro de tornar universal e abstrata toda relação real⁵ – e com isso ofuscar, ao mesmo tempo em que medeia, as particularidades em relação –, permanece, no geral, incôscio do grau real de sua exploração até que amadureça a luta social que faz despertar a consciência adormecida.

No mesmo sentido, o desenvolvimento desigual entre o capital do proprietário e o salário da massa proletarizada beneficia-se desse caráter ofuscante da relação expressa pela forma monetária. Assim, a exacerbação da luta de classes põe às claras não só essa ilusão difusa na aparência social da troca de equivalentes, mas o próprio caráter fundamentalmente beligerante dessa sociedade, na medida em que é justamente a relação contraditória entre capital e salário – denominações monetárias dos dois

³ Ibidem [97-98], pp. 112-113.

⁴ MARX, Karl. *O Capital*, I, 4, 1, pp. 226-227.

⁵ MARX, Karl. *Grundrisse* [18], p. 100.

polos em guerra – que funda essa formação histórico-social e possibilita a extensão e generalização das formas difusas da mercadoria e do dinheiro a toda esfera de relação entre os indivíduos.

Quer dizer, o capital – leia-se, as mercadorias e o dinheiro em posse do proprietário capitalista –, no seu processo de conservação, que implica em sua autovalorização, busca erigir-se como único sujeito de todo o processo. Com isso, busca consumir, no seu autodesenvolvimento – no seu devir-sujeito-absoluto do processo de produção e reprodução social –, a sua contraparte: a força de trabalho viva dos indivíduos.

Aparece aqui também uma mistificação inerente à relação capitalista: a faculdade que o trabalho possui de conservar o valor apresenta-se como faculdade de autoconservação do capital; a faculdade que possui o trabalho de gerar valor (apresenta-se) como faculdade de autovalorização do capital – e, no conjunto, e, por definição, o trabalho objetivado aparece como se utilizasse o trabalho vivo.⁶

Mas se a força de trabalho (nos termos do capital, o salário, a sua denominação monetária) é o único componente capaz de fazer valorizar o capital pela absorção de trabalho vivo, o processo de devir-sujeito-absoluto do capital é utópico e autodestrutivo, possibilitando a emergência da luta de classes, gestadora do instante revolucionário: ou seja, a tentativa dos reais sujeitos do processo – os indivíduos por meio de sua atividade sensível-prática – de se reapropriarem do mesmo e de suas vidas expropriadas.

Nesse sentido, os únicos meios pelos quais o capital pode se manter como processo são a coerção direta – operada sobretudo pelo aparato policial do Estado – ou o segredo, a mentira e a ilusão – produzidas “naturalmente” pelo sujeito capital mistificado no desenvolvimento e generalização das formas difusas fetichizadas do dinheiro e da mercadoria, que, como se disse, velam os processos de gênese e desenvolvimento do capital e a sujeição dos indivíduos no processo de trabalho.

⁶ MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de O Capital*, p. 89.

Na ilusão objetiva dessa sociedade, os indivíduos aparecem como estranhos aos demais, sua comunicação e sua linguagem como um instrumental exterior e estranho a eles. E o mesmo indivíduo aparece como estranho a si, na medida em que seu desenvolvimento e formação próprios obedecem às leis de uma existência abstrata de si mesmo – contudo a existência pela qual é reconhecido socialmente –, uma existência como valor, como mercadoria, como *Ersatz* à disposição do mercado, que submete seu devir vivo existente a ela, conformando a atividade material e aquilo que ela implica – necessidades, desejos etc. – aos seus imperativos, e descartando como resto a matéria inconformada. Quer dizer, essa potência abstrata se constitui da atividade humana produtora de valor de uso, apropriando-se contudo dela e transfigurando-a em imagem sua.

Essa transfiguração e reciclagem da atividade material, evidentemente, não se resume somente ao âmbito psicológico subjetivo, mas estende seu domínio à totalidade das “configurações da vida, das construções duradouras às modas passageiras”⁷, de modo que se trata tanto da situação em que a aparência sensível mostra-se subjugada, transfigurada e conformada à imagem do sistema, que se expressa como aparência objetiva do cotidiano da sociedade produtora de mercadorias em grau generalizado, como também se trata da conformação operada por essa mesma aparência objetiva do sistema, que nada mais é do que controle do trabalho e sua submissão à lógica de acumulação de capital por meio do processo de produção e circulação mercantil, que nada mais é, portanto, do que controle e submissão dos corpos dos trabalhadores, seja policialmente ou persuasivamente por meio da “sugestão hipnótica” da circulação mercantil.

Ademais, juntamente com a compreensão do processo de transfiguração da realidade na abstração – que passa a valer como realidade efetiva –, trata-se de, fazendo retroagir toda relação exposta até aqui, compreender o imbricamento dessa inversão universal das individualidades com a condição social mediada objetivamente sob a regência da relação de valor autorreferida (em seu processo de autovalorização), quer dizer, sob a regência do capital.

⁷ BENJAMIN, Walter. *Passagens. Exposé de 1935*, p. 41.

A dicotomia expressa na forma elementar da mercadoria entre valor de uso e valor – resultado já da dicotomia presente na produção entre processo de trabalho e processo de valorização – atualiza-se ainda em outra dicotomia entre mercadoria e dinheiro⁸, na medida em que o valor adquire forma autônoma como valor de troca no preço e na moeda. Estas formas autonomizadas, tendo-se despregado do seu conteúdo real na atividade social, trocam-se com essa mesma atividade – o trabalho social – como se fossem potências estranhas, de outras instâncias, em um movimento no qual causa e efeito do processo se diluem mutuamente metamorfoseando-se em seu contrário. Nesse sentido, preço e moeda parecem se relacionar com o trabalho como símbolos arbitrários em cuja aparência é ofuscada a relação lógica e histórico-social com o mesmo. Por conta disso, a relação de exploração contida na troca de não equivalentes, expressa na relação de assalariamento, aparece como uma troca de equivalentes entre a força de trabalho e o “símbolo arbitrário” do dinheiro, que esconde o fato de que o trabalhador, com o trabalho apropriado pelo capitalista, paga seu próprio salário e dá ao capitalista o mais valor pelo qual seu capital se valoriza.

Esta perpetuação da relação entre o capital como comprador e o operário como vendedor do seu trabalho constitui uma forma da mediação imanente a esse modo de produção; é contudo uma forma que só formalmente se diferencia das outras formas mais diretas de sujeição do trabalho e da propriedade das condições de produção por parte dos possuidores dessas condições. Encobre, como mera relação monetária, a transição real e a dependência perpétua que tal mediação da compra/venda renova constantemente. Não são apenas as condições deste comércio que se reproduzem de maneira constante: o que um compra e o outro se vê obrigado a vender é um resultado do processo. A renovação constante desta relação de compra/venda não faz mais do que mediar a continuidade da relação específica de dependência e confere-lhe a aparência falaz de uma transação, de um contrato entre possuidores de mercadorias dotados de iguais direitos e que se opõem de maneira igualmente livre. Esta relação introdutória agora apresenta-se, inclusivamente, como elemento imanente desse predomínio do trabalho objetivado sobre o trabalho vivo que é gerado na produção capitalista.⁹

⁸ MARX, Karl. *Grundrisse* [79], p. 94.

⁹ MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de O Capital*, p. 137.

O trabalhador assalariado não percebe facilmente na forma alienada do salário o grau de sua exploração (e do mesmo modo o capitalista, que pela posição que ocupa torna-se mais lento para percebê-lo). A abstração resultante da forma dinheiro – que, enquanto nega a individualidade do trabalho e dos produtos gerados, universaliza as relações que os produzem – apaga toda diferença qualitativa expressa no valor das mercadorias – capital contante e variável, matérias-primas, instrumentos de trabalho, salário e mais valor – em uma figura matemática fria, no seu preço. Porém, as relações que a gestam ainda estão lá, na figura nada inocente da mercadoria. “O processo imediato de produção é aqui, de maneira permanentemente indissolúvel, processo de trabalho e processo de valorização assim como o produto é unidade de valor de uso e do valor de troca, isto é, mercadoria”¹⁰.

No símbolo matemático expresso no preço das mercadorias esconde-se, portanto, toda particularidade da produção social no sistema capitalista. Esconde-se aí toda a expropriação das condições sociais de vida elaborada pelos indivíduos dessa sociedade. Na medida em que no dinheiro não se diferenciam as partes que o compõem, todo montante de dinheiro que adentra o mercado para funcionar potencialmente como capital, na proporção em que vai absorvendo mais valor e incorporando-o a si, não se mostra qualitativamente diferente de como iniciou todo o processo. Assim, o preço da força de trabalho pode aparecer como se nele fosse pago o preço de todo o trabalho. Quer dizer, mesmo que o capital inicial já se tenha duplicado, e que o investimento do capitalista já tenha sido pago pelo trabalho alheio de seus empregados assalariados; ainda assim, o capital jamais aparece como propriedade coletiva daqueles trabalhadores associados, mas aparece sempre como propriedade de si mesmo na sua figura personificada, o capitalista

Compreende-se, assim, a importância decisiva da transformação do valor e do preço da força de trabalho na forma-salário ou em valor e preço do próprio trabalho. Sobre essa forma de manifestação, que torna invisível a relação efetiva e mostra precisamente o oposto dessa relação, repousam todas as noções jurídicas, tanto do trabalhador

¹⁰ Ibidem, p. 144.

como do capitalista, todas as mistificações do modo de produção capitalista, todas as suas ilusões de liberdade, todas as tolices apologéticas da economia vulgar.¹¹

Dinheiro, inversão universal e hierarquização social

A inversão e apagamento das particularidades da produção social operadas pela forma dinheiro desses produtos é também inversão universal da individualidade dos membros dessa sociedade, na medida em que sua força de trabalho se põe igualmente como mercadoria no assalariamento. As diferenças reais – de classe – aparecem veladas por diferenças de renda e salário: destaca-se na hierarquia social a figura aparente de uma classe intermédia que, na maioria dos casos, não se identificando nem com a classe proletária e nem com a classe proprietária, surge como sustentáculo de valores sociais passados, numa relação reacionária com o presente.

Para se compreender esse aspecto, é necessário ter presente que o processo de abstração do trabalho e da produção sob a relação capital opera uma espécie de planificação social potencial. Todo produto é mercadoria, em cujo valor social universal desvanece toda diferença qualitativa. Da mesma forma, todo trabalho, como produtor de mercadorias, vale como qualquer outro. Por conseguinte, todo trabalhador, sob a condição do assalariamento, vale qualitativamente tanto quanto qualquer outro. Sobretudo com a introdução da maquinaria na fábrica – e com a facilidade de operação do maquinário – a igualdade social dos trabalhadores cristaliza-se e assume o caráter de “valor moral eterno”. Potencialmente, portanto, como assalariados, toda diferença racista, sexista, etária etc. é negada diante da abstração mesma da determinação que forma a essência universal do indivíduo moderno.

Contudo, aquilo que determina potencialmente a condição universal do indivíduo moderno – quer dizer, diante da abstração qualitativa, autorizar tão somente diferenças quantitativas –, essa determinação, portanto, que se efetiva na figura

¹¹ MARX, Karl. *O Capital I*, 17, p. 610.

do direito abstrato moderno, opera em ato não uma negação cabal das diferenças hierárquicas tradicionais, mas uma transfiguração dessas diferenças em novas configurações hierárquicas, que aderem à aparente arbitrariedade do signo monetário – resultado, como já se comentou antes, do desenvolvimento das relações entre valor, preço e moeda inerentes à mercadoria-dinheiro.

Assim como dinheiro não é imediatamente capital e, dado o desenvolvimento cada vez maior das relações de produção capitalistas, a capacidade do dinheiro de se tornar capital está ligado à crescente magnitude de sua determinação quantitativa – de modo que, com a amplitude do seu montante, uma diferença quantitativa se converte em diferença qualitativa –; da mesma forma, a dita arbitrariedade aparente do signo monetário adapta-se aos preconceitos sociais tradicionais e, ao mesmo tempo, configura novos patamares hierárquicos¹². O homem branco, heterossexual e cristão possui mais valor de mercado – e, por conseguinte, mais valor, pura e simplesmente – do que a mulher negra, homossexual, de religião afro-descendente.

Desse modo, as diferenças salariais – fruto das formações profissionais diferenciadas que, desde o início do processo, já são determinadas socialmente pelas hierarquias tradicionais – gestam no seio da classe proletária uma hierarquização monetária de classe – classe B, C, D... – que mantém, forma e sustenta toda espécie de preconceito social na base da inversão universal operada pela figura do dinheiro.

Quer dizer, desde o instante em que os indivíduos proletarizados são reconhecidos como iguais e de igual valor – pois que aparecem negadas as suas diferenças sob a base do reconhecimento universal como assalariados: trabalhadores que trocam sua força de trabalho pelo valor universal do dinheiro, o penhor universal que planifica e abstrai toda a realidade sob um mesmo denominador comum e aparentemente arbitrário – a partir desse instante, então – e na medida em que a figura do dinheiro reflete a figura mais obscura da relação capital –, a desigualdade é mantida, reformada e reposta.

Todavia, a transfiguração das hierarquias tradicionais sob a base do signo monetário avança inclusive, contraditoriamente, na forma da própria luta contra a

¹² Cf. DEBORD, Guy. *O declínio e a queda da economia espetacular-mercantil*; e também, AMARAL, Ilana Viana. *Teses pelo fim do sistema de gêneros*.

crystalização desses preconceitos sociais herdados. Nesse sentido, a especificidade das minorias excluídas, tal como se fossem mercadorias exóticas em exibição no mercado – uma especialidade da produção posta a venda –, adquirem um caráter narcísico que erige uma individualidade contra as demais individualidades, em um processo que, ao invés de superar essas determinações sociais tradicionais – libertando os indivíduos sob uma base universalmente concreta –, enrijece essas determinações sob uma base universalmente abstrata¹³, no modelo das relações entre mercadorias.

Dinheiro, desejo, “individualidade” e estruturas inconscientes

Porém, sobeja ainda do caráter universalizante da relação monetária outras implicações, intimamente associadas às anteriores. Na medida em que as relações sociais entre os indivíduos – e por conseguinte o poder social de que cada um pode dispor – existe exteriormente de forma reificada no dinheiro, essa coisa – o dinheiro – dá forma e permite a expressão – por meio da elaboração de um impulso desmesurado de desejo – de uma força desejante não mais particular – ligada a um objeto particular da riqueza –, mas a um desejo universal, infinito e desmesurado do indivíduo¹⁴; pode-se dizer, a um desejo essencial ou à essência do desejo.

Isso se soma ao fato de, nessa sociedade, a existência privada desses indivíduos não constituir uma individualidade verdadeiramente desenvolvida e concreta, de modo que o desenvolvimento dessa “individualidade” opera-se de forma alienada na coisa que concentra em si a condição de sociabilidade da existência desses indivíduos: a coisa que existe como materialização da relação social. Dessa forma, o impulso de constituição dos indivíduos modernos existe como desejo universal encarnado no produto mais característico dessa ordem social: o dinheiro como conexão social alienada.

Marx esclarece que esse desejo insaciável – porque se alimenta, não obstante, de um objeto particular que encerra em si a relação universal – constituía um fator

¹³ Cf. AMARAL, Ilana Viana. *Teses pelo fim do sistema de gêneros*.

¹⁴ MARX, Karl. *Grundrisse [146]*, p. 165.

dissolutor das ordens sociais antigas; daí sua condenação explícita pelos antigos e o recalçamento desse desejo do indivíduo voltado à forma social universal reificada¹⁵. Contudo, desde que a sociedade moderna se erige sobre o fundamento mesmo da relação universal do dinheiro, esse desejo insaciavelmente desejante – que corresponde à própria elaboração da “individualidade” dos indivíduos – encontra vazão para se expressar. Com isso, as estruturas psíquicas e sociais ligadas a esse desejo universal são capazes de manifestar-se por meio da elaboração objetiva da coisa-dinheiro.

Nesse sentido, pode não parecer surpreendente que o desenvolvimento da psicanálise – e o descortinamento das estruturas inconscientes da psiquê humana, em um processo mesmo de constituição da “individualidade” dos indivíduos – tenha se tornado possível (e esse seria mais um aspecto positivo da existência dessas formas alienadas, juntamente com seus aspectos miseráveis) com o estabelecimento pleno do modo de produção capitalista no século XIX e a generalização da relação monetária como modelo de relação social objetiva. Se o *isso* do inconsciente é essa massa desejante amorfa, no dinheiro como objeto universal – muito embora sob a forma de uma coisa particular – esse desejo encontra um modo de expressão. Contudo, a consideração de que, não obstante expresse a relação universal, o dinheiro seja um objeto particular é tudo menos irrelevante para o problema em questão.

Deus ou o Absoluto são objetos universais. Todavia, o Cristo, como espírito que se fez carne, é, tal qual o dinheiro – espírito social encarnado –, um objeto universal encerrado em forma particular. Por essa razão Marx considera o Cristianismo, como culto do homem abstrato – sobretudo em sua versão protestante –, a religião mais apropriada ao espírito burguês¹⁶. Daí autores contemporâneos como Giorgio Agamben – guiado pelo aporte benjaminiano da questão – afirmarem que Deus não morreu, tornou-se dinheiro¹⁷. [Não cause espanto, ademais, o poder desagregador que também o cristianismo potencialmente gerou em relação às estruturas de organização social tradicionais – ao mesmo tempo em que transfigurou essas estruturas sob novas formas.]

¹⁵ Ibidem [147], pp. 165-166.

¹⁶ MARX, Karl. *O Capital I*, 1, 4, pp. 153-154.

¹⁷ “Deus não morreu. Ele tornou-se Dinheiro”. Entrevista com Giorgio Agamben. In: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512966-giorgio-agamben>

Mas o fato é que, tal como Deus – ou a figura de um Pai primevo – o dinheiro – igualmente, como forma social alienada, portanto, como objeto que apela para a ausência de controle e autonomia dos indivíduos em relação às suas vidas – é capaz de ativar estruturas inconsciente ligadas à culpa e ao desejo de redenção e salvação que a submissão e a posse do mesmo pode proporcionar. Quer dizer, mesmo as estruturas super-egóicas também extraem força da relação reificada do dinheiro.

Nisso, pelo fato de todo produto da sociedade moderna produtora de mercadorias ser marcado pela ambiguidade – que expressa nada mais do que a forma aparente da contradição universal fundante dessa ordem social –, o dinheiro – como forma social mais característica da atual sociedade – carrega – não obstante como forma alienada e estranhada das relações dos indivíduos – uma possibilidade de libertação individual, na medida em que, com a sua posse, o indivíduo pode ter acesso ao gozo de toda a realidade que se lhe apresenta.

Considerações finais

Juntamente com o fenômeno da transfiguração das estruturas hierárquicas tradicionais, essa válvula de escape para a expressão das estruturas sociais inconscientes – possibilitadas pela existência das condições sociais modernas alienadas na figura da coisa dinheiro – constituem verdadeiros motores para a eclosão de revoltas e regimes fascistas por toda a face do mundo moderno. Nesse sentido, a hierarquização social sustentada na base da abstração monetária ativa uma série de ordens hierárquicas inconscientes que encontra solo fértil justamente na camada social que mais teme se proletarizar – posto que acredita não ser já desde sempre proletarizada –: as chamadas classes médias.

É por isso que a luta proletária realmente revolucionária é somente aquela capaz de negar o dinheiro e sua figura embrionária: a mercadoria. Ou seja, se mercadoria e dinheiro fornecem a forma alienada através da qual as condições sociais de libertação dos indivíduos são elaboradas sob a regência da relação capital, na mesma proporção

– justamente por serem formas alienadas de elaboração dessas condições sociais –, essas formas sociais do produto e das relações condenam os indivíduos, sob a base das condições sociais mais modernas, às relações sociais e hierarquizações mais arcaicas¹⁸ – por exemplo, os regimes fascistas.

A submissão e conformação dos corpos aparece como um esvaziamento das condições sociais dos indivíduos, que se elaboraram exteriormente a eles, de forma reificada e autônoma. Essa pobreza de experiência social¹⁹ dos indivíduos modernos lança-os em uma nova barbárie cujo objeto de pilhagem é justamente o controle imediatamente coletivo das condições sociais alienadas dos mesmos. Nesse sentido, a crítica da economia política de Marx fornece amplos elementos à contraparte teórica revolucionária da luta insurrecional dos indivíduos pela tomada de consciência e controle da vida que lhes tem sido expropriada – muito embora seja um fruto também dessa luta.

Assim, a destruição das formas sociais sob as quais se elaboraram as condições alienadas de libertação dos indivíduos, na construção de formas sociais autônomas de produção e gestão, é a senda pela qual passa toda luta verdadeiramente revolucionária. Do mesmo modo, é o destino de toda luta de libertação revolucionária sua associação com o crime; o que tão somente revela que, sob as leis de exploração do capital e da circulação de dinheiro e mercadorias, toda crítica real e verdadeira assume não apenas a figura inocente do crime político, mas é, sobretudo, para essa sociedade, um crime social.

¹⁸ BENJAMIN, Walter. *Passagens. Exposé de 1935*, p. 41.

¹⁹ Cf. MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*; e também, BENJAMIN, Walter. *Experiência e pobreza*.

Referências bibliográficas

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital*. [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Capítulo VI inédito de O Capital, resultado do processo de produção imediata*. tr. br. Klaus Von Puchen. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Trad. br. Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. br., apresentação e notas Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

AMARAL, Ilana Viana. *Teses pelo fim do sistema de gêneros*. Disponível em: <https://sites.google.com/site/comuneiro/home/teses-pelo-fim-do-sistema-de-generos>
Acesso em: 03/09/2014.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Trad. br. Irene Aron e Cleonice P. B. Mourão. Org. Willi Bolle e Olgária Matos. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

_____. *Experiência e pobreza*, In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaio Sobre Literatura e História da Cultura. Obras Escolhidas. Vol. 1*. trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1994.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

_____. *O declínio e a queda da economia espetacular-mercantil*. In: Sopro 28/29. Trad. Leonardo D'Ávila de Oliveira e Rodrigo Lopes de Barros Oliveira. Desterro: Cultura e Barbárie, maio-junho de 2010. Publicação quinzenal da editora Cultura e Barbárie: <http://www.culturaebarbarie.org>

“*Deus não morreu. Ele tornou-se Dinheiro*”. *Entrevista com Giorgio Agamben*. In: Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512966-giorgio-agamben> Acesso em: 14/11/2014.